A PROFESSORA: NOTAS SOBRE FEMINIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO NO MAGISTÉRIO ACARAPENSE

Juliana da Silva Santos¹
José Manuel Alvarez Seara²

RESUMO: A presente proposta de pesquisa é desdobramento das discussões elencadas ao longo do desenvolvimento da dissertação de mestrado intitulada: “Entre idealizações e realidade: As interfaces de ser professora na rede municipal de Acarape – Ceará”, financiada pela FUNCAP – Ceará. Entendendo a importância de utilizarmos a categoria gênero como marcador de análise a pesquisa trabalha apenas com as professoras. Diante disso, sentimos a necessidade de investigar e refletir sobre a feminização e precarização do magistério e suas implicações para a caracterização do espaço escolar acarapense. Assim, o presente artigo objetiva tecer reflexões sobre a feminização e precarização das professoras temporárias da rede pública de Acarape embasada em uma pesquisa de cunho feminista e interdisciplinar. Metodologicamente a pesquisa foi desenvolvida sob o viés do materialismo histórico dialético, embasada em uma perspectiva bibliográfica somada às análises de entrevistas feitas com as professoras ao longo do escrito. Como resultado apontamos o levantamento de algumas determinantes estruturais que fomentam o cenário de precarização, podemos citar: Relações flexíveis de trabalho; falta de seguridade social; contratos temporários que visam suprir a necessidade do município, mas não dão contrapartida satisfatória as professoras e intensificação do trabalho ocasionada pelas constantes horas trabalhando em condições indevidas. Assim ancorados na vasta literatura sobre o tema propomos ainda a construção de um conhecimento teórico que auxiliará em discussões futuras sobre as relações entre gênero e o mercado de trabalho.

Palavras-chaves: Gênero. Trabalho docente. Feminização. Acarape – CE.

ABSTRACT: The proposal of this research is an unfolding discussion developed during my Master’s degree dissertation titled: “Between idealization and reality: The interfaces of being a woman teacher in a municipal educational system in Acarape – Ceará”, financed by FUNCAP – Ceará. Understanding the importance of the gender category used as the main

¹ Discente do curso de Especialização em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro – Brasileira.

² Orientador. Doutor em Lazer, Cultura e Comunicação para o Desenvolvimento Humano, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Deusto, Espanha.

Data de submissão e aprovação: 09/02/2022.

marker of analyzes, the initial research works with only women teachers. As a result, we feel the needs to investigate and reflect about the feminization and precariousness of teaching and its implications for the characterization of the Acarape – CE school space. Thus, the objective of this article is to reflect about the feminization and precarization focused in a feminist and interdisciplinary research. Methodologically, the research presents under bias of dialectical historical materialism, based on a bibliographic perspective added to the analysis of interviews made with the teachers throughout the writing. We propose the construction of a theoretical knowledge which will help us to the next discussions about the relationship between gender and the labor market. As a result, we point out the survey of some structural determinants that foment the precariousness scenario, we can mention: Flexible work relationships; lack of social security; temporary contracts that aim to meet the needs of the municipality, but do not give satisfactory compensation to the teachers and the intensification of work caused by the constant hours working in undue conditions. Thus anchored in the vast literature on the subject, we propose the construction of theoretical knowledge that will help in future discussions on the relationship between gender and the labor market.

Keywords: Gender. Teaching work. Feminization. Acarape-Ce.

INTRODUÇÃO

Apesar de muitos(as) compreenderem os processos de trabalho e educação como universos distintos, Frigotto afirma que o sistema capitalista, sempre subordinou os processos educativos desde a sua estruturação até atualmente, aos interesses do capital (FRIGOTTO, 2010). Nesse sentido, o(a) professor(a), como trabalhador(a), não está imune às modificações e precarizações advindas do mundo do trabalho, e do atual mundo globalizado.

Assim, esse escrito se propõe a refletir sobre as condições de precarização trabalhista as quais as professoras contratadas do município de Acarape estão submetidas. O despertar para o tema em questão nasce do contato com as escolas do referido município, inicialmente durante o período formativo, enquanto estagiária, depois como professora contratada.

Pensando no cotidiano da sala de aula e conseqüentemente das professoras nesse espaço, as palavras de Freire ecoam na mente:

Sou professor a favor da boniteza de minha própria prática, boniteza que dela some se não cuido do saber que devo ensinar, se não brigo por este saber, se não luto pelas condições materiais necessárias sem as quais meu

corpo, descuidado, corre o risco de se amofinar e de já não ser testemunho que deve ser de lutador pertinaz, que cansa, mas não desiste. (FREIRE, 2011b, p.115-6).

Foi essa boniteza que nos direcionou a pensar sobre o objeto de pesquisa que rege a construção desse estudo, a boniteza de fazer parte de um processo de ensino e aprendizagem, de poder ser presente e agente na vida de outras pessoas. No entanto, quando nos deparamos com a rotina do ser professora essa boniteza quase sempre se esvai, a poesia escapa aos nossos olhos e nos relegamos a um cotidiano exaustivo e precarizado.

Esse contexto de desvalorização e precarização se tornam evidente quando nos direcionamos as redes municipais de cidades pequenas e interioranas, como é o caso de Acarape-CE. Acarape localiza-se a 63 km de Fortaleza, com uma população de 15.338 habitantes. Tem no comércio, agricultura, na indústria e no serviço público por meio de contratos temporários suas principais fontes de renda. (IPECE, 2017).

O quadro docente do referido município é formado em sua maioria por professoras/professores contratados(as) através de contratos temporários, recebendo um salário abaixo do piso estabelecido para a categoria e gozando de pouquíssimos direitos trabalhistas. De acordo com o Censo da educação básica – 2020, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) o número de professoras atuantes no país é maior que o número de professores. Na educação infantil o documento mostra que dos 593.000 docentes atuantes, 96,4% são mulheres enquanto 3,6% são homens, já no Ensino Fundamental anos iniciais dos 1.378.812 docentes, 88,1% são mulheres e 11,9% são homens. Quando nos direcionamos aos anos finais do Ensino Fundamental nos deparamos com um montante de 753 mil profissionais divididos(as) em 66,8% de mulheres e 33,2% de homens, ao tratarmos do Ensino Médio temos um total de 505.782 docentes e uma divisão de 57,8% de mulheres e 42,2% de homens (INEP, 2020).

Tal cenário demonstra não apenas que a maioria do quadro docente nacional é composto por mulheres, como evidencia que elas estão em maior número quando tratamos de séries com crianças menores. Os números observados nacionalmente não se distanciam da realidade encontrada na cidade de Acarape, que conta com a maioria da classe docente formada por mulheres contratadas em regime temporário.

Os estudos de gênero fazem parte do escopo desta pesquisa, sendo assim, ao iniciar a investigação sobre trabalho docente, situar as relações de gênero como categoria de análise se torna evidente e necessário. Renata Vidica Marques da Rosa (2011) respaldada em Carvalho (1996) diz que compreender que as mulheres ocupam a maioria dos cargos de magistério

significa admitir que o gênero faz diferença nas relações de trabalho, e portanto, para entender o processo educacional, se faz necessário saber quem são os(as) sujeitos(as) atuantes nesse processo. Sendo a figura feminina presença marcante nesse cenário educacional, é relevante a análise do que é ser mulher em nossa sociedade e como esse arquétipo feminino influencia o papel da docência.

Entendendo a importância do trabalho como meio de transformação e fator primeiro que atende às necessidades de sobrevivência, bem como as conexões com o mundo interno daquelas e daqueles que o exercem, buscamos estabelecer análises e reflexões sobre as circunstâncias as quais o trabalho se apresenta para as mulheres na atualidade. Assim discorreremos sobre a temática de trabalho articulada a gênero para compreender quais aspectos dessa relação e como esses interferem na vida das professoras.

Portanto este escrito não se restringe apenas a escrever sobre gênero, falar sobre o feminismo, ou sobre a opressão vivenciada pelas mulheres oriunda de uma sociedade sexista. Para, além disso, queremos falar de uma história das mulheres que nos coloque como protagonistas e não apenas coadjuvantes das conquistas dos venerados homens. Durante a construção do texto tomamos um caminho epistemológico feminista, assim, o escrito não serve apenas aos nossos interesses, mas assume um caráter político, coletivo e engajado. Diante disso as autoras mulheres que nos dão embasamento teórico estão representadas no corpo do texto por seus nomes completos com o intuito de demarcar a presença intelectual feminina e não correr o risco de neutralizar uma autora utilizando apenas o seu sobrenome.

Nesse sentido, nos direcionamos a esse público para tratar exatamente sobre as questões que perpassam a divisão do trabalho baseada no gênero, os limites definidos entre as profissões, quem na sociedade cumpre o papel de cuidar, enfim, como tantas proposições e questionamentos nos levam a feminização e precarização do magistério e como essas questões se apresentam no cenário acarapense.

REVISÃO DA LITERATURA

A categoria trabalho apropriada pelo capital sofre um processo de precarização. As questões relacionadas a essa precarização tem ganhado cada vez mais espaço nas discussões acadêmicas no Brasil. Os últimos tempos tem trazido aos trabalhadores um futuro incerto, fatos como o golpe político, a chegada da extrema direita nos levam a pensar no aumento da exploração e precarização trabalhista. A crise econômica e política instaurada desde o golpe político em 2016 têm evidenciado práticas laborais totalmente desprovidas de direitos e

tramitam leis que tendem cada vez mais a incentivar a condição de exploração do trabalhador. De acordo com Amanda Moreira da Silva (2018):

Estas metamorfoses no mundo do trabalho marcam uma fase do capitalismo ainda mais agressiva, pautada pela desregulamentação das relações de trabalho que vem se expandindo seja na periferia do sistema seja nos países centrais, por meio de formas de precarização que têm se alastrado, inclusive, para o setor público, atentando contra a sociedade, contra os direitos sociais e trabalhistas. (SILVA, 2018, p. 22).

Tais metamorfoses ultrapassam os muros das fábricas, dos escritórios, dos restaurantes e lanchonetes e invadem as escolas atingindo também o(a) trabalhador(a) docente. Nesse sentido esta pesquisa tem como objetivo compreender as práticas de precarizações trabalhistas que assolam as professoras contratadas pela rede municipal de Acarape-Ce, bem como refletir sobre como as relações de gênero socialmente estabelecidas também contribuem para essa precarização.

Nas décadas de 80 e 90 quando os estudos de gênero despontavam na academia eram entendidos apenas como estudos da mulher, ou sobre as mulheres. Atualmente compreendemos que não é possível construir conhecimento onde o objeto de análise seja somente a mulher, mas que deve existir um caráter relacional que abarque as estruturas sociais e construa estudos interseccionais abrangendo as dimensões de raça, classe, etnia, geração, entre outros.

De acordo com Joan Wallach Scott (1995), o gênero passa a ser compreendido como um “elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos [e como] um primeiro modo de dar significado às relações de poder.” (SCOTT, 1995, p.14). Portanto, a autora articula gênero com classe social, raça e etnia, revelando os jogos de poder e desigualdades nesses três patamares. Para Santana Glícia Menezes Maia (2018), pensar trabalho e gênero requer pensar também na “abordagem do poder de uma forma geral, de como pode ser entendido e como pode servir de base analítica – pois o poder perpassa as relações sociais e estabelece formas de funcionar que são significativas para as mulheres” (MAIA, 2018, p. 45).

O lugar ocupado por homens e mulheres na divisão sexual do trabalho, bem como os desdobramentos que se originam disso, nos fala muito sobre as relações de poder instituído na sociedade da qual fazemos parte. Destarte, embora haja um aumento no número de mulheres que se inseriram no mundo do trabalho, não se registra ainda uma tangível diminuição das desigualdades entre homens e mulheres. De acordo com Antunes (2009), apesar do aumento

significativo do trabalho feminino nas últimas décadas, questões como valorização e direitos sociais tem andado na contramão desse processo.

Há um aumento significativo do trabalho feminino em diversos países avançados e também na América Latina, onde também foi expressivo o processo de feminização do trabalho. Esta expansão tem, entretanto, um movimento inverso quando se trata da temática salarial, onde os níveis de remuneração das mulheres são em média inferiores àqueles recebidos pelos trabalhadores, o mesmo ocorrendo em relação aos direitos sociais e do trabalho, que também são desiguais. No Brasil, o salário médio das mulheres está em torno de 60% a 70% do salário dos trabalhadores. (ANTUNES, 2009, p. 52).

A maciça inserção de mulheres no mercado de trabalho remunerado, na maioria das vezes voltado para o espaço público, tem causado grandes transformações sociais e o paradigma da divisão sexual do trabalho tem contribuído para fomentar os debates acerca do trabalho da mulher no espaço público. Para Maria Helena Santana Cruz (2005), as teorizações sobre a divisão sexual do trabalho compõem uma categoria de análise marxista que busca explicar as relações sociais de gênero e a divisão sexual presentes nas relações de trabalho.

É fato que a masculinização e feminização de tarefas são associadas à construção do masculino e feminino de acordo com o tempo histórico e social de cada povo. Nesse sentido, nas sociedades patriarcais atividades masculinas são relacionadas à força física, raciocínio lógico, virilidade, enquanto as atividades consideradas femininas requerem paciência, doçura, cuidado, atenção, destreza. Sendo assim, a junção dos estudos de gênero a análise das relações sociais de trabalho possibilitam uma melhor compreensão dessa realidade, bem como a inserção de outras variáveis como raça, etnia, classe, geração, haja vista que o mundo do trabalho é perpassado por todos esses marcadores.

A entrada das mulheres no mercado de trabalho aos moldes do capitalismo não foi um processo fácil, diversos setores da sociedade defendiam que o ambiente fabril era adverso à honra feminina, por isso a expulsão e substituição das mulheres nas fábricas no início do séc. XX. No entanto, corroboramos com o pensamento de Heleieth Saffiotti (1981) ao refletir que as incumbências tradicionais relacionadas ao cuidado da casa e dos filhos constitui uma mão de obra que pode ser requisitada pelo mercado sempre que o mesmo julgar necessário como foi o caso do magistério infantil, secretariados e cuidados com idosos.

De acordo com Maria Cristina Bruschini (2007) o fato das mulheres estarem tendo cada vez mais acesso a educação gera impactos significativos no mercado de trabalho. Segundo a pesquisa desenvolvida por ela, o nível de escolaridade das mulheres é superior aos

dos homens, principalmente no ensino médio regular, no ensino profissional e técnico, bem como no nível superior. No entanto, a pesquisadora alerta também para as escolhas profissionais das mulheres que, de acordo com os dados trabalhados continuam sendo preferencialmente áreas tidas como “femininas”, embora já haja um movimento de entrada em áreas tidas como redutos masculinos. Quanto a isso ela reflete:

Contudo as escolhas das mulheres continuam a recair preferencialmente sobre áreas do conhecimento tradicionalmente “femininas”, como educação (81% de mulheres), saúde e bem estar social (74%), humanidades e artes (65%), que preparam as mulheres para os chamados “guetos” ocupacionais femininos. Mas também é verdade que a parcela feminina nas universidades vem ampliando sua presença em outras áreas ou redutos masculinos, como a área de engenharia, produção e construção, na qual aumentou de 26% para 30% a presença das estudantes na década considerada. (BRUSCHINI, 2007, p. 549).

O papel desempenhado pela mulher na esfera familiar é utilizado pelo capital aproveitando as características dos seres sociais homem e mulher dentro do sistema patriarcal. Nesse sentido quando o capitalismo se apropria dos saberes da mulher para determinadas funções, como o magistério, por exemplo, lança mão das definições patriarcais afirmando que os conhecimentos femininos vêm de casa, portanto não necessitam de uma formação específica para uso, tornando – as menos valorizadas.

Levando em consideração a forte associação que a sociedade patriarcal estabeleceu entre o trabalho docente e as mulheres, entendemos que o magistério está atrelado as questões de gênero. Durante a expansão do capitalismo a docência foi entendida como atividade que envolvia cuidado com os outros, tornando-se então uma extensão da casa das mulheres trabalhadoras, por essas características foi um trabalho socialmente aceito para mulheres.

Se apropriar do conceito de gênero enquanto categoria de análise interseccional, relacionando-o ao mundo do trabalho nos auxilia na compreensão do sistema trabalhista em que estamos inseridos(as). Ao tratarmos especificamente de trabalho docente nos deparamos ainda com uma cultura androcêntrica fortemente instalada no interior das instituições de ensino, o que por sua vez resulta na desigualdade da relação sexual do trabalho, desigualdade essa representada por rebaixamento salarial, estratificação da carreira docente, assédio no ambiente de trabalho, maiores cargas horárias entre outras questões.

Claudia Pereira Vianna (2013) nomeia a entrada das mulheres na docência como a feminização do magistério. Segundo a autora essa feminização se dá “como um fenômeno internacional pautado por alterações nas relações econômicas e patriarcais que configuram a própria definição de magistério”. As salas de aula se configuram como primeiro espaço de

trabalho para mulheres brancas, de classe média e portadoras da “feminilidade idealizada para essa classe” (VIANNA, 2013, p. 164). É importante lembrar que o papel da professora na sociedade patriarcal se assemelha bastante ao da mãe, está inserido no âmbito do amor, do zelo, do cuidar do outro.

De acordo com Renata Vidica Marques da Rosa (2011), as primeiras mulheres a serem inseridas no processo educacional foram as de classe social alta, filhas de fazendeiros e comerciantes. As meninas pertencentes às classes sociais mais baixas só tiveram acesso à escolarização quando foi interessante ao país devido aos ideais de progresso e modernização. A autora também salienta que as mulheres negras e indígenas só tiveram acesso a educação muito tempo depois das mulheres brancas. No entanto, vale frisar que essas mulheres negras, indígenas, e as pertencentes às classes mais baixas da população, excluídas do processo educacional já estavam de alguma forma inseridas nos processos trabalhistas, mesmo que não fizessem parte ativamente do mundo do trabalho enquanto sujeitos reconhecidos.

Jane Soares de Almeida (1998) explica que foi a necessidade de professoras para ensinar as meninas que possibilitou a inserção das mulheres no ensino como profissionais. No entanto, a entrada de mulheres no magistério brasileiro não pode ser visto apenas como a presença do corpo feminino nesses espaços, a feminização docente deve ser vista a partir das relações de classe e gênero levando em consideração que, esse foi um dos primeiro espaços de trabalho aberto para as mulheres de classe média que possuíam as características necessárias para tal emprego. Porém também eram mulheres que participavam da luta pela abertura do mercado de trabalho e maior participação feminina na esfera econômica.

Ensinar crianças foi, por parte das aspirações sociais, uma maneira de abrir às mulheres um espaço público (domesticado) que prolongasse as tarefas desempenhadas no lar - pelo menos esse era o discurso oficial do período. Para as mulheres que vislumbraram a possibilidade de liberação econômica foi a única forma encontrada para realizarem-se no campo profissional, mesmo que isso representasse a aceitação dessa profissão envolta na aura da maternidade e da missão. (ALMEIDA, 1998, p. 28).

Dar às mulheres a responsabilidade de educar as crianças foi uma proposta defendida por políticos e intelectuais brasileiros ancorados na herança cultural lusitana. Para os portugueses, a condição da mulher era que permanecesse relegada ao lar, aos cuidados com filhos e marido e que tal trabalho jamais poderia ser remunerado. Assim, o magistério apresenta – se como uma oportunidade para as mulheres levando em consideração que a docência se mostra como uma extensão ao lar, uma continuação dos cuidados destinados aos outros.

Renata Vidica Marques da Rosa (2011), baseada em Amanda Oliveira Rabelo (2007) traz outro fator da feminização, segundo as autoras esse processo também foi impulsionado por questões políticas. Para que se fosse possível expandir a educação, era necessário que o governo gastasse menos com os professores, no caso as professoras já recebiam salários menores e os homens fariam maior resistência à diminuição salarial. Sendo assim as mulheres assumem esse cargo e o governo consegue diminuir os salários baseado no discurso que a alma feminina possui vocação natural para essa profissão, que está ancorado no princípio de doação.

A característica de mais mulheres que homens na docência se mantém ao longo dos séculos XX e XXI e culmina com a constatação de maioria absoluta de mulheres a partir da década de 1990. Esse fator está diretamente relacionado às dinâmicas do mercado de trabalho, embasado pela divisão sexual do trabalho e as ditas profissões femininas. De acordo com Vianna (2011), a utilização do conceito de gênero enquanto categoria analítica nos possibilita compreender os elementos tradicionalmente associados às desigualdades que definem a condição feminina.

PERCURSO METODOLÓGICO

O caminho metodológico escolhido se assenta no método materialista histórico-dialético (MARX, 2008) que pressupõe a categoria da totalidade e nos impede de tratar qualquer tema empírico de modo isolado, pois, é preciso entender a dinâmica social ao qual estão inseridos. É fundamental entender que o objeto de estudo aqui apresentado, a feminização e precarização do trabalho docente estão diretamente relacionados às companheiras que dividem comigo a parte empírica dessa pesquisa. Qualquer metodologia que possa ocasionar a separação entre sujeito e objeto não nos serve.

O método citado parte do princípio da dialogicidade entre a teoria e a prática, para tanto parte-se do objeto empírico, como se apresenta a primeira vista, no caso, as condições de trabalho das professoras, e por meio de abstrações, reflexões teóricas empreendidas em torno do objeto, chega-se ao concreto: uma compreensão mais estruturada do que há de essencial no objeto. Portanto, nos apropriamos desse método a fim de apreender a partir das experiências concretas situações que revelam as contradições e opressões presentes no sistema educacional vigente que afetam a atividade laboral das professoras do município de Acarape.

O fio-condutor dessa análise são as entrevistas e conversas realizadas ao longo do processo de escrita. As entrevistas semiestruturadas, que articulam perguntas fechadas e abertas, em que as entrevistadas têm a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender a indagação formulada (Minayo, 2004). As entrevistas direcionam para a utilização da fonte oral, através desta é possível desenvolver novos conhecimentos e fundamentar análises baseadas na criação de fontes inéditas sobre a experiência social do fenômeno em questão. Possibilitando assim o trabalho com as memórias individuais das sujeitas da pesquisa a fim de criar uma “memória socialmente compartilhada” (PORTELLI, p. 16, 1997) que adquire o caráter de fonte de análise.

Estabelecemos contato com três professoras temporárias da rede municipal de Acarape através de entrevistas realizadas com auxílio do questionário online disponível pelo *Google Forms*, bem como reuniões através do *Google Meet*. Diante das relações efêmeras de trabalho optamos por trabalhar com a garantia do sigilo das identidades de nossas interlocutoras, sendo assim, para identifica-las utilizamos nomes fictícios, as chamaremos de Carla, Maria e Ana.

Como apoio no estudo das entrevistas utilizamos a bibliografia que implica em um compilado de procedimentos que nos auxiliam na busca pelas análises voltadas ao objeto de estudo, portanto, esse não pode ser desenvolvido aleatoriamente. De acordo com Minayo, a pesquisa é determinada por um processo no qual o pesquisador assume “uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo inacabado e permanente” (MINAYO, 2004, p. 23) que necessita de aproximações sucessivas da realidade.

Segundo Telma Cristiane Sasso de Lima e Regina Célia Tamasso Miotto (2007) a pesquisa bibliográfica se apresenta como um procedimento metodológico importante na produção de conhecimento científico acreditando que a mesma é capaz de gerar o desenvolvimento de novas hipóteses e interpretações que servirão de base para outras pesquisas. Diante do exposto nosso estudo se assenta na mescla entre leituras e diálogos estabelecidos com as interlocutoras para construir um panorama sobre a precaridade e feminização nas relações de trabalho das professoras temporárias de Acarape-Ce.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A cidade de Acarape conta com 14 unidades de educação sendo entre estes dois Centros de Educação Infantil e quatro anexos em localidades mais afastadas da Sede do município, as demais escolas atendem em sua maioria dos anos iniciais aos anos finais do ensino fundamental.

No que tange ao número de professores(as) solicitamos os dados algumas vezes junto a Secretaria de Educação, no entanto não obtivemos resposta, diante disso realizamos uma busca no site da prefeitura e fizemos um levantamento dos anos 2019 e 2020 do número de professores contratados a fim de demonstrar a diferença entre o total de professoras e professores que integram o quadro. Nesse momento nos detemos apenas aos números de contratados por ser a modalidade cerne da pesquisa.

No mês de fevereiro de 2019 (primeiro mês letivo do ano) a prefeitura tinha um total de 128 professores temporários, sendo 23 professores e 105 professoras, em dezembro do mesmo ano (último mês letivo do ano) tinha um total de 144 professores temporários, sendo 22 professores e 122 professoras. No ano de 2020 tendo ainda como base inicial o mês de fevereiro, a prefeitura contava com um quadro de 157 professores temporários, sendo 29 professores e 128 professoras, no mês de dezembro do mesmo ano em sua folha de contratação havia 152 professores temporários, sendo 25 professores e 127 professoras.³

O cenário municipal reflete o que acontece em escala nacional, onde a maioria da classe docente é constituída por mulheres, principalmente se nos voltarmos para os níveis de educação infantil e ensino fundamental. Diante disso iniciamos nossas reflexões pensando no motivo pelo qual esse fator acontece, indagamos nossas interlocutoras e obtivemos respostas interessantes.

Aqui tem muitas contratadas por que o município tem um déficit de professoras concursadas por passar muitos anos sem concurso público. Isso acarreta um número maior de contratos que acabam também sendo mais baratos ao município. Quanto à questão de ser mulher, eu nunca tinha parado pra prestar atenção, parece ser algo comum né? A tia ser mulher, principalmente na educação infantil, é difícil pro homem ser professor de criança pequena que demanda outros cuidados além de ensinar. (Professora Maria, 2021)

Baseados nessa resposta podemos refletir sobre duas questões, primeiro pensar sobre o fato de a rede ser composta majoritariamente por contratadas e o grande período de tempo em que o município não realiza um concurso público enfatizando a precarização das

³ Informações retiradas do site oficial da Prefeitura Municipal de Acarape. Disponível em: <https://acarape.ce.gov.br/recursoshumanos.php>, acessado em dezembro de 2021.

trabalhadoras, que por serem temporárias estão a mercê da gestão municipal. Nesse sentido presenciemos no referido município a reprodução das novas formas de organização trabalhistas que se expandiram para além das fábricas e atingiram o sistema educacional tornando-o espelho das reformas implantadas no mundo empresarial.

A segunda questão se coloca na premissa do ser natural a mulher estar designada aos espaços escolares, bem como as séries iniciais. Quando a entrevistada fala em “cuidados além de ensinar” ela se refere à relação estabelecida entre a criança e a professora, relação de cuidado, como de parentesco, consequentemente evidenciando que existe uma forte associação entre o trabalho docente e características concebidas pela sociedade como femininas. Expressões de afeto, cuidado, carinho e sensibilidade rondam essa profissão, como se o fato de ser mulher já garantisse as características necessárias para exercer a docência.

As transformações ocorridas nas últimas décadas do séc. XX colaboraram para o aumento do trabalho feminino. Questões como queda na taxa de natalidade, maior expectativa de vida feminina, somados a um aumento do número de famílias chefiadas por mulheres possibilitaram não apenas o crescimento da atividade laboral feminina, mas o acesso a novas oportunidades de trabalho. Entretanto, a despeito de todas as mudanças, de acordo com Maria Cristina Bruschini (2007), as mulheres permanecem como principais responsáveis pelos cuidados dos filhos e atividades domésticas corroborando para uma sobrecarga de trabalho e uma dupla jornada para as mulheres que trabalham fora de casa.

Frente ao exposto quando indagadas sobre a carga de trabalho docente muitas citaram dupla, ou por vezes tripla jornada de trabalho levando em consideração à soma dos horários destinados a escola, as tarefas domésticas e cuidado dos filhos, bem como as horas atribuídas às aulas particulares de reforço, atividade que algumas desempenham em busca de uma renda complementar. Sobre isso, vejamos o que nos diz a professora Carla:

É complicado por que parece ser um trabalho em tempo integral, eu vou pra escola pela manhã, volto na hora do almoço e preciso fazer alguma coisa pra comer, meu filho me ajuda, agora ficou mais fácil por que ele já cresceu, quando era pequeno era mais difícil, são 12 anos nessa rotina. Vou pra escola à tarde e a noite dou aula de reforço de 17h30min h às 20h30min h da noite. A hora que eu faço as coisas em casa é fim de semana, mas às vezes sobra trabalho da semana... (risos)... É muito trabalho, tu sabe, mas é isso mesmo, tem que ser. (Professora Carla, 2021)

Tal discussão é necessária e ganha espaço nessa pesquisa ao passo que todas as entrevistadas são mães de família, algumas casadas e possuem a jornada do trabalho produtivo e reprodutivo. Para Maria Cristina Bruschini (2007) os primeiros estudos sobre

trabalho feminino no Brasil focaram apenas no trabalho de produção desenvolvido fora de casa, desconsiderando o fato de que o lugar que a mulher ocupa na sociedade é também determinado pelo seu papel na família.

Além da carga de trabalho as professoras precisam lidar com outros fatores que causam a precarização trabalhista. No caso em questão podemos evidenciar baixos salários, falta de seguridade social, condições e relações de trabalho que acarretam na desvalorização, desrespeito e falta de prestígio que assolam o magistério brasileiro. Existem inúmeras formas de precarização que circundam a profissão docente, essas podem apresentar-se sozinhas ou cumulativas, nesse sentido o foco desse escrito se debruça sobre as profissionais instáveis, ou seja, aquelas que possuem como único vínculo seus contratos temporários.

No Brasil não existe uma legislação única que embase os direitos dos trabalhadores docentes, portanto a regulamentação dos planos de carreira, as formas de contratação e as questões salariais não são homogêneas e dependem de negociação entre os envolvidos, ou seja, esta relacionada com a força das organizações sindicais, dos movimentos políticos e outras vertentes que possam gerar enfrentamento coletivo as instâncias políticas. Assim, municípios pequenos como é o caso de Acarape, que não possui uma organização sindical ativa e os enfrentamentos políticos variam de acordo com quem está no poder, tem a “liberdade” de determinar através de leis e decretos municipais sob quais condições seus professores devem trabalhar.

Indagada sobre como se sente em relação ao contrato temporário, a professora Ana reflete:

É uma situação complicada né? Você sabe essa inconstância, a falta de apoio e saber que a cada ano tem que começar tudo de novo, a seleção, às vezes a gente muda de escola, é difícil trabalhar assim. Aqui as escolas particulares assinam a carteira, dá mais segurança, mas em compensação paga muito mal, o município não paga o piso, mas paga um pouco mais. Do ano que a gente ta falando, 2018, não pagava o salário mínimo, era de acordo com a formação, mas nem com pós ganhava o salário. O prefeito de agora mudou, é um salário por 100 horas pra todo mundo. (Professora Ana, 2021).

Ainda em relação a questão salarial a professora Maria comenta sobre a situação vivenciada normalmente nos inícios dos períodos letivos:

O que acontece é assim, a gente é contratada e começa a trabalhar em fevereiro, se as alunas começam dia 10, quando vai receber, recebe pelos dias trabalhados entendeu? O mês não é completo. Ai quando os alunos estão de férias, volta em agosto, nós só recebemos salário em setembro, por que

agosto que era pra receber julho, a gente não recebe por que, de acordo com a prefeitura, não trabalhou. (Professora Maria, 2021).

Amanda Moreira da Silva (2018) evidencia que no Brasil, cada município ou estado decide sobre a remuneração de sua classe docente, o que conseqüentemente gera diferentes condições de trabalho e uma grande desigualdade salarial. Assim cada município pode criar seus planos de carreiras e salários independentes do piso salarial estabelecido. Para, além disso, há ainda a possibilidade de adoção de políticas que tenham como base o mérito e a produtividade, ou seja, o pagamento do salário pode ser feito mediante comprovação do desempenho do professor. Somada a situação salarial, a precarização também se apresenta pela ausência de vínculos empregatícios seguros.

Atualmente a precarização tem adentrado nas redes públicas e se intensificado através das formas de contratações instáveis, trabalhos temporários e baixos salários produzindo uma massa de docentes que apesar de estarem no serviço público, andam na contra mão da segurança e estabilidade que o setor público deveria gerar. Amanda Moreira da Silva usa o termo “precariado professoral” (SILVA, 2018, p. 215) para nomear essa massa que tem entrado na carreira docente através de contratos precarizados e que estão sujeitos à fragilização das relações de trabalho ao assumirem vínculos empregatícios tão instáveis.

Chamamos de precariado professoral por considerarmos que uma grande parte dos professores possui uma condição diferenciada dos demais docentes que atuam no setor público. Portanto, a necessidade de definir os limites gerais do precariado nos obriga a diferenciá-los dos professores estáveis-formais, sendo estes últimos aqueles grupos concursados, que possuem os direitos trabalhistas, e, por isso mesmo, tendencialmente mais estáveis – ainda que formalmente – da classe professoral. (SILVA, 2018, p. 215).

Para a autora, a maioria das pessoas que estão em empregos temporários, está em precarização, pois recebem salários bem menores, se comparados aos estáveis que desempenham função similar. Adotamos o mesmo termo para nos referir à classe de professoras docentes contratadas no município de Acarape, por entendermos que tais características se adaptam a elas. Questionadas sobre o que significa precarização as professoras respondem:

Pra mim precarização é não dar apoio ao trabalho que a gente faz pagar salários baixos quando a gente sabe que deve receber mais, até porque o piso salarial já é baixo né? (Professora Carla, 2021)

Eu acho que a precarização vai acontecendo aos poucos sabe, é a soma do dia – a – dia, primeiro é o salário que a gente precisa aceitar ai depois vem uma escola sem estrutura, ai uma mãe ou pai que não ajuda, a professora começa a ter que tirar dinheiro do próprio bolso par ajudar nas coisas da escola, e por ai vai, é um conjunto. (Professora Ana, 2021).

Levando em consideração os relatos percebemos que não há uma preocupação em expressar o que se entende por precarização tratando de forma intelectual e conceituando o termo embasado em referências teóricas. Mas há o entendimento do termo na prática pela vivência do processo, o que não quer dizer que as professoras não entendam a teoria do termo, ao contrário, elas entendem e discutem sobre, no entanto, cotidianamente na escola, o que está em jogo é a prática pela prática. A situação de precarização é vivenciada, não idealizada.

Tratando de remuneração salarial entre as classes de professores concursados e contratados no referido município podemos ver uma enorme diferença. Uma consulta feita aos contracheques dos trabalhadores docentes, disponíveis no portal da transparência em agosto de 2021 mostra que, enquanto as professoras contratadas recebiam um salário mínimo (1.100 R\$) por 100 horas trabalhadas, as professoras concursadas recebiam de 2.903,03 R\$ a 8.324,12 R\$ por poder acumular funções e ter um plano de cargos e carreira respeitado. Se nos direcionarmos aos anos de 2018 a 2020 essa diferença se mostra ainda maior levando em consideração que no referido período as professoras contratadas recebiam menos de um salário mínimo por 100 horas trabalhadas. Sobre essa questão a professora Ana responde:

Nós sabíamos que quem era concursado recebia muito mais que nós, mas depois desse negocio de transparência, que a gente agora pode ver como você me mostrou é assustador, aquela hora que você ri pra não chorar, por saber que essa pessoa ai com salário tão bom, às vezes não faz metade do meu trabalho. Tem gente ai nessa lista que já está afastada há tanto tempo que eu nem lembro, é isso, mas se eu pensar só nisso eu tenho que procurar outro emprego né? (Professora Ana, 2021)

Analisando o edital de seleção lançado pela prefeitura no ano de 2020 percebemos que entre os critérios de contratação havia um período mínimo de formação exigido nos cursos de licenciatura ou pedagogia para investidura no cargo. O item IX do ponto 2.4 discorre sobre a qualificação mínima exigida de 1066 h/a (quarto semestre) para investidura do cargo. Para alguns a abertura de vagas para professores que ainda não concluíram sua formação aparenta ser uma oportunidade de trabalho e um meio de se inserir na carreira. No entanto, tal abertura representa uma maneira de obter mão de obra barata quando a gestão municipal se reserva o direito de pagar 550,00 R\$ por 100 horas trabalhadas a essas professoras. Sobre isso, vejamos o que diz a professora Maria:

Eu entrei na prefeitura no sexto semestre do curso, Acarape, na época era a única prefeitura que aceitava graduandos. Eu recebia 550,00 R\$, tirando o desconto da previdência sobrava 490,00 R\$, isso em 2018. Eu trabalhava 100 horas semanais na escola, muita gente dizia que era bom, por que era uma oportunidade, e era mesmo. A questão é que na hora de definir o salário, o fato de eu não ser formada ainda contava, mas pra definir o

trabalho não contava, eu assumi uma turma como todas as outras formadas ou não. (Professora Maria, 2021).

Igualmente ao pensamento de que exigir qualificação mínima de quatro semestres pode aparentar uma oportunidade de trabalho, o fato de algumas professoras contratadas no município estarem trabalhando a períodos longos, como no caso da entrevistada Ana, que atua no serviço público como contratada há seis anos também causa a falsa sensação de estabilidade. Entretanto a cada ano essas professoras precisam passar pelo processo seletivo que compreende a entrega de currículo e entrevista, bem como podem ser alocadas em qualquer escola, não sendo necessariamente a escola em que atuaram no ano anterior, o que impossibilita um trabalho contínuo e a criação de laços. Para além dessas questões as professoras ainda precisam lidar com os apadrinhamentos políticos, pois é costumeiro no município que os vereadores eleitos entreguem listas com nomes a serem contratados, aquelas que não possuem relação com alguém do poder legislativo sofre uma insegurança maior. Sobre isso a professora Ana reflete:

Eu já estou aqui há seis anos, antes da prefeitura eu era do particular, fiquei lá oito anos, saí por que a escola fechou. Todo ano é a mesma coisa, além da gente não ter salário em fevereiro porque somos demitidas em dezembro, em janeiro tem todo aquele processo que a gente já conhece, entrega aquele monte de papel, depois vai pra entrevista. Se tiver sorte de ter quem te segure você fica na mesma escola, se não é rezar pra ser selecionada nem que seja pra começar tudo de novo. É assim, e olha que eu sou boa, (risos), mas você sabe como é, tem que ter o padrinho. (PROFESSORA C, 2021).

Assim, o termo de precariado professoral (SILVA, 2018) se coloca em nossa realidade levando em consideração as características que apresentam: alta taxa de rotatividade entre as escolas, baixos salários e condições ruins de trabalho. As professoras pesquisadas vivem a insegurança social e sabem que seus contratos não garantem estabilidade financeira. Para, além disso, ainda precisam arcar com as más condições de trabalho e a falta de estrutura em que as escolas se apresentam, como nos revela a professora Carla “exigir que demos boas aulas é fácil, difícil é dar o suporte que a gente precisa pra isso.”

O vínculo empregatício estabelecido pelo município de Acarape é denominado temporário. Essa relação de trabalho é permitida por lei, no entanto, estados e municípios tem se utilizado dela em ampla escala e de forma a negligenciar seu real objetivo, que é atender a uma necessidade temporária e especial do serviço público por um período que não ultrapasse dois anos. Assim, a exemplo da professora Ana e tantas outras que já atuam no município há tanto tempo passando anualmente por processos seletivos, percebemos que essa via de contratação adquiriu um caráter permanente.

Na prática os editais de contratação do município tem validade estabelecida de acordo com o período letivo, assim a cada ano é lançado um novo edital com o mesmo objetivo de suprir carências no corpo docente efetivo da rede municipal de ensino. Essa forma de agir tem a intenção de burlar a legislação federal e faz com que contratações que deveriam ser eventuais e emergenciais tornem-se constantes. Tal situação enfatiza a relação incerta que essas professoras tem com o universo laboral e evidencia a precarização a qual são submetidas.

Durante o período dessa pesquisa, tem sido vislumbrada a relação direta entre as práticas desempenhadas nas salas de aula e as condições em que se estabelecem o trabalho docente. Assim observamos que quanto mais precárias são as condições, mais comprometida fica a qualidade da educação.

Indagadas sobre suas profissões, se estão realizadas ou não e as dificuldades enfrentadas, as professoras relatam:

Sou realizada sim. Muito embora a remuneração seja insuficiente, ser professora foi algo que me despertou para a vida e o cotidiano da sociedade. Me fazendo ver que o papel do professor vai para além dos muros da escola... Comparado com a vida acadêmica é como se a docência fosse um projeto de extensão, capaz de modificar a realidade ao seu entorno. No entanto há o baixo salário, infraestrutura inadequada e insuficiência de material de trabalho. (Professora Carla, 2021)

Existe uma enorme falta de materiais didáticos, tem também a falta de interesses dos alunos, falta de comprometimento dos pais, baixos salários. Eu estive por dois anos na profissão, entendi que não era o que eu queria pra mim. (Professora Maria, 2021)

Eu sou realizada por que vejo gradativamente meus alunos aprendendo, mas o que desmotiva é a falta de valorização financeira, não recebemos o piso salarial. As escolas não possuem infraestrutura adequada. Muitas vezes retiramos do próprio bolso para dar uma boa aula. (Professora Ana, 2021)

Mediante esses relatos conseguimos perceber que há um misto de realização e insatisfação que acompanham o cotidiano daquelas que não desistiram da profissão. A realidade acarapense é permeada de situações que colocam a prova à escolha pela carreira docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No caminho percorrido até aqui nos dedicamos a refletir sobre a precarização do trabalho docente e como o magistério se delineou uma profissão para mulheres. Baseados nessa construção teórica realizamos a imersão as entrevistas e conversas compartilhadas com

as professoras no intuito de introduzir suas falas ao trabalho e refletir sobre a realidade acarapense. Esse é um exercício constante de ida e volta entre as fontes escolhidas e as fontes criadas a fim de estabelecer a relação entre prática e teoria tão cara a esse estudo.

A feminização do magistério trouxe consequências a essa profissão, dentre elas, a figura presente da mulher e a internalização da sociedade como um campo direcionado para os corpos femininos, principalmente quando tratamos de séries iniciais. Tal fato ainda está enraizado nas questões biologizantes disseminadas no início do processo de feminização, que ligava a docências as características tidas socialmente como predominantemente femininas.

As mulheres entram no campo da docência carregadas por esse discurso, ao mesmo tempo em que os homens saem, baseados na mesma afirmação. No entanto, atualmente a presença masculina volta ao espaço escolar brasileiro. De acordo com o INEP, a divisão sexual do trabalho nos mostra uma maioria de mulheres atuando na Educação Infantil com 97,9% de professoras. O Ensino Fundamental se apresenta com 90,8% de mulheres nos anos iniciais e 73,5% nos anos finais. No Ensino Médio encontramos um número de 64,1% de mulheres e o Ensino Superior conta com 44,8%. (BRASIL, MEC/INEP, 2009).

Como evidenciamos a sobrecarga de trabalho faz parte da realidade das mulheres que participam desse escrito, entendemos que há a necessidade de uma renegociação e partilha no que tange às responsabilidades domésticas. Sorj (2004 apud MAIA, 2018) chama esse mecanismo de contrato sexual, atualmente ainda as tarefas e responsabilidades no âmbito doméstico correspondem às mulheres, para a autora isso torna a inserção no mercado de trabalho desigual para homens e mulheres, afinal “as mulheres quando entram no mercado não estão livres, da mesma maneira que os homens, para o trabalho contratado e o fazem a partir de uma posição inferiorizada pelo trabalho doméstico” (SORJ, 2004, p. 144 apud MAIA, 2018, p. 60). Assim, tal renegociação propõe uma divisão igual de tarefas domésticas entre homens e mulheres, abrangendo todos os adultos que compartilham a mesma casa.

Diante do que foi exposto buscamos apresentar uma parte da realidade educacional acarapense e como a precarização se instaura e atinge a vida das professoras temporárias no referido município. Durante o período de análise conseguimos evidenciar algumas determinantes estruturais: a) Relações flexíveis de trabalho inscrito no desprestígio profissional e na falta de uma política municipal de valorização a docência; b) Baixos salários; c) Falta de seguridade social; d) Contratos temporários que visam suprir a necessidade municipal, mas que não dão contrapartida satisfatória às professoras; e)

Intensificação do trabalho acarretado pelas constantes horas dedicadas a trabalhar sem as condições devidas.

Nesse sentido, podemos concluir que há a necessidade de aprofundarmos as pesquisas em torno dos meios de contratação e formas de trabalho as quais a classe docente de Acarape está submetida. Bem como buscarmos enquanto sociedade estarmos atentos ao que se passa dentro das escolas e como a situação laboral das professoras impacta no processo de ensino e aprendizagem das nossas crianças. É imperativo o início de uma mobilização da classe juntamente a comunidade para que o poder público possa se sentir pressionado a tomar providências no sentido de garantir os direitos da classe docente viabilizando meios de contratação mais seguros e viáveis para a construção de um bom trabalho em salas de aulas.

Esta pesquisa é escrita e se coloca a serviço da classe trabalhadora, mas especificamente das professoras sobre quem e para quem escrevo. Assim, compreendo que é impossível construir conhecimento para esta classe se não for baseada em uma postura militante e embasada na realidade concreta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

Brasil . MEC/INEP. **Censo do Professor**, 2009.

BRUSCHINI, Maria Cristina. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v.37, n.132, set/dez de 2007, p.537-572.

CRUZ, Maria Helena Santana. **Trabalho, gênero, cidadania: Tradição e Modernidade**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2005.

DA ROSA, Renata Vidica Marques. **Feminização do magistério: representações e espaço docente**. 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011b.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. In: **CONFERÊNCIA DE ABERTURA DA 33ª REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO**, 33., 2010, Caxambú. Conferência. Caxambú: Revista Brasileira de Educação, 2010. p. 235 - 274.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista, a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, n. 22, p. 201-246, 2004.

IPECE. **Perfil básico municipal**: Acarape. Fortaleza: SEPLAG/Governo do Estado do Ceará, 2016. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/perfil_basico_municipal/2016/Acarape.pdf>. Acesso em: julho, 2019.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálisis**, v. 10, p. 37-45, 2007.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MAIA, Santana Glícia Menezes. **Gênero e trabalho no Maciço de Baturité**: protagonismo, poder e artesanato de mulheres/ Santana Glícia Menezes Maia. – Redenção, 2018. 148 f.

MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa social**. São Paulo: Vozes, 2004.

RABELO, Amanda Oliveira. A mulher e docência: historicizando a feminização do magistério. **Revista do Mestrado de História**, Vassouras, v. 9, n. 9, p. 41-53, 2007.

PORTELLI, Alessandro. **Forma e significado na história oral**. A pesquisa como experimento em igualdade. PROJETO HISTÓRIA, 14, revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, 1997(a), p. 7-24.

SAFFIOTI, Heleieth. **Do artesanal ao industrial**: a exploração da mulher. São Paulo: Hucitec, 1981.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71 -99,1995.

SILVA, Amanda Moreira da. **A precarização do trabalho docente no século XXI**: O precarizado professoral e o professorado estável formal sob a lógica privatista empresarial nas redes públicas brasileiras/ Amanda Moreira da Silva. Rio de Janeiro, 2018. 393 f.

SOUZA, Terezinha Martins dos Santos. **Emoções e capital**: as mulheres no novo padrão de acumulação capitalista. 2006. 353f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

VIANNA, Claudia Pereira. A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente. In: YANNOULAS, Silvia Cristina (Org.). **Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações**. Brasília, DF: Abaré, 2013. p. 159-180. <http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/44242>